

## ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO



•			
PROJETO DE LEI	N.ºDE	DE	

CONSIDERANDO que, o Artigo 135 da Lei Complementar n.º 1 de 17 de Dezembro de 1.975, permite a alienação de Bens Imóveis Municipais

CONSIDERANDO que, em face de obrigatoriedade de Licitação e autorização legislativa, fica o ato de alienação de Bens Imóveis revestidos das exigências de moralidade e legalidade que devem nortear os Atos Administrativos.

CONSIDERANDO que, a área de terras objeto do Artigo 1.º da presente Lei, é presentemente ocupado por um prédio residencial codificado nesta Prefeitura como: distrito1 quadra, 064, lote 0038 inscrição n.º 019379-7, para efeito de Imposto Predial, não auferindo o Municipio qualquer receita oriunda de tal ocupação.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CABO FRIO, APRO-VOU E EU SANCIONO A PRESENTE LEI:

ARTIGO 1.º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a alienar em Licitação, uma área de terras com as seguintes medidas e confrontações: 19,20m(dezenove metros e vinte centímetros) de frente para a Rua Padre Manuel Bernardes; 7,80m(sete metros e oitenta centímetros) nos fundos confrontando com Miguel Angel L. Alonso; 20,00m(vinte metros) na lateral direita confrontando com Miguel Angel L. Alonso e 20,00m (vinte metros) na lateral esquerda confrontando com Líbia Bessa Mendes, formando uma área total de 198,45m2( cento e noventa e oito metros e quarenta e cinco decímetros qua drados), área esta localizada em Cabo Frio.



## ESTADO DO RIO DE JANEIRO



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO

ARTIGO 2.º - A alienação se fará através de Licitação, em local, dia e hora a serem divulgados.

ARTIGO 3.º - A alienação se fará no estado atual do imóvel, não tendo a Prefeitura Municipal de Cabo Frio, qualquer responsabilidade sob posseiros ou intrusos.

ARTIGO 4.º - Esta Lei entrará em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO, 20 DE OUTUBRO DE 1.982.

JOSÉ BONIFACTO FERREIRA NOVELLINO.

PREFEITO